

---

## IDEOLOGIA E ALGORITMOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CONCEITO DE IDEOLOGIA EM ARENDT

---

---

## IDEOLOGY AND ALGORITHMS: AN ANALYSIS FROM THE CONCEPT OF IDEOLOGY IN ARENDT

---

Leonardo Brandalise Machado<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho parte da perspectiva futurística na qual existe uma grande possibilidade de que enfrentemos novos totalitarismos em caso de continuidade do sistema de filtragem de conteúdo de maneira individual através de algoritmos. Para embasar tal hipótese, primeiramente foi dada uma definição de algoritmo e explicou-se como este funciona na filtragem individual de conteúdo. Depois, analisamos o conceito de ideologia em Hannah Arendt e enfatizamos como o processo de ideologização através de algoritmos tem nos conduzido para totalitarismos, já que, para a autora, toda ideologia contém elementos totalitários. Por último, propomos que o pensamento ético de Hans Jonas, no qual a responsabilidade deve servir como referência para escolhas que impactem o futuro, seja utilizado para a construção de algoritmos ou reflexões sobre o seu papel, para que estes evitem a formação de “bolhas ideológicas” e potencializem um ganho de perspectiva na obtenção de uma consciência livre.

**Palavras-chave:** Algoritmos. Ideologia. Totalitarismo. Arendt.

### ABSTRACT

The present work starts from a futuristic perspective in which there is a great possibility that we will face new totalitarianism in case of continuity of the content filtering made individually through algorithms. To support this hypothesis, a definition of algorithm was presented, and it was explained how it works in the individual content filtering. Then we analyzed the concept of ideology in Hannah Arendt and emphasized how the process of ideologization through algorithms has brought us closer to totalitarianism since, for the author, all ideologies have totalitarian elements. Finally, we propose that the ethical thinking of Hans Jonas, in which responsibility should serve as reference for choices that impacts future, be used for construction of algorithms or reflections on

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade de Rondônia (FARO/IJN). Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: leonardobrmachado@gmail.com.

their role, so that we avoid the formation of “ideological bubbles” and enhance a gain of perspective in obtaining a free conscience.

**Keywords:** Algorithms. Ideology. Totalitarianism. Arendt.

## 1 Introdução

Recentemente, após o lançamento do documentário *O dilema das redes*, pela Netflix, houve certo alvoroço com relação ao debate sobre as consequências negativas da utilização de algoritmos por parte das grandes empresas de tecnologia. Diante disso, é necessário que a filosofia se debruce sobre o assunto e coloque em xeque possibilidades e consequências desse fenômeno.

A continuidade e o aprofundamento da utilização de algoritmos de filtragem individual de conteúdos trazem vários quadros futurísticos que não podem ser ignorados, tendo em vista as mudanças no cenário político e social sofridas por seu uso massivo. A título de exemplificação, destacamos a preocupante possibilidade de interrupção no contato entre os diversos segmentos da sociedade, compostos por vários espectros ideológicos antagônicos. O processo atual de ideologização carrega traços evidentes dessa inviabilidade de diálogo, de modo que a sua continuidade irresponsável pode levar ao momento crítico em que uma impossibilidade mínima de sociabilidade gere guerras civis, separação territorial de países e, nos casos mais catastróficos, levantes revolucionários violentos, em nome de uma pretensa paz ou justiça histórica.

Por outro lado, a principal preocupação em relação ao futuro neste momento deve ser a de que, na impossibilidade de diálogo e tentativas de consenso, as disputas ideológicas pressionem a realidade social, gerando uma atmosfera totalitária, negando a humanidade a outrem, inviabilizando a cidadania daqueles que não professam as mesmas convicções ideológicas. O caminho para o totalitarismo é sempre sedutor e de fácil pavimentação, pois o que torna qualquer democracia viável é o diálogo entre os mais diversos campos políticos. Por outro lado, o exercício da cidadania e o debate entre as diversas convicções na busca por uma solução razoável

para os problemas sociais são árduos e cheios de vicissitudes. A democracia, para ser aplicada, necessita de uma renovada atitude ética em que a generosidade impere na maioria que outorga à minoria seu direito de existir, reconhecendo sua legitimidade. Sem essa ética cidadã, a consciência humana é presa fácil da barbárie e da violência.

O presente trabalho busca entender como os algoritmos utilizados nas redes sociais contribuem para um achatamento da visão de mundo, tendo-se, assim, um processo de ideologização cega, no qual as pessoas deixam de observar e interpretar o mundo como ele realmente é.

Para melhor compreensão do assunto, será feita primeiramente uma abordagem sobre o funcionamento dos algoritmos nas redes sociais. Depois, será explicado o conceito de ideologia cunhado por Hannah Arendt. Por último, será analisado como uma perspectiva ética baseada na responsabilidade pode ser empregada como saída para uma utilização mais adequada dos algoritmos.

## 2 Algoritmos e algumas de suas consequências

Algoritmo, segundo Thomas Cormen (2014), é “um conjunto de etapas para executar uma tarefa”. Já é de conhecimento público a utilização destes para determinar o que as pessoas visualizam nas telas iniciais de suas redes sociais, as propagandas que recebem, tudo isto baseado em vários requisitos como pesquisas feitas, tempo despendido vendo algum vídeo ou foto, entre outros.

Assim, o que tem ocorrido é o processo no qual as máquinas apresentam um método de aprendizagem no qual, baseadas em algumas atitudes do indivíduo, buscam mostrar qual conteúdo é mais adequado para determinado usuário. Dessa forma, as grandes empresas de tecnologia buscam a cada dia mais oferecer um acesso personalizado a cada pessoa, buscando entender melhor seus gostos e preferências:

O sucesso atual é “mera” implementação do modelo estatístico *deep learning* (aprendizado profundo, DL), inserido no subcampo da IA denominado de *machine learning* (aprendizado de máquina, ML). Em 1959, Arthur Lee Samuel, pioneiro norte-americano no campo de jogos de computador e IA, enquanto funcionário da IBM, cunhou o termo *machine learning*, inaugurando um subcampo da IA cuja finalidade é prover os computadores da capacidade

de aprender sem serem programados. Evoluindo a partir do estudo do reconhecimento de padrões e da teoria de aprendizagem computacional na IA, o ML explora o estudo e a construção de algoritmos que, seguindo instruções, fazem previsões ou tomam decisões baseadas em dados – modelos elaborados a partir de entradas de amostras. O aprendizado de máquina é empregado em uma variedade de tarefas de computação, nas quais programar os algoritmos é difícil ou inviável. Trata-se de um processo de solução de um problema específico por meio da construção algorítmica de um modelo estatístico baseado em um conjunto de dados (KAUFMAN; SANTAELLA, 2020, p. 4).

O modelo dos algoritmos utilizados nas redes sociais, quando usado como forma de convencimento em torno do consumo, pode ser considerado apenas uma forma útil de fazer propaganda direcionada. Porém, as redes sociais nunca foram utilizadas apenas como meio de consumo. Elas oferecem compartilhamento de vida, visões de mundo, e cada vez mais ela é utilizada como meio de informação.

Como prova disso, temos uma pesquisa feita pelo instituto Paraná Pesquisas (2018) sobre qual meio de informação as pessoas pretendiam utilizar para se informar sobre as eleições de 2018. O resultado expressou uma troca de hierarquia entre a televisão e a internet como meio formador de opinião, pois 42,5% das pessoas responderam que utilizariam a internet para se informar, enquanto 36,7% disseram que o fariam através da televisão.

Assim, temos um algoritmo que busca nos mostrar conteúdos e que gera mais engajamento, ou seja, ele sempre busca mostrar exatamente o que queremos ver. Dessa forma, as pessoas têm sua visão de mundo completamente afetada pelos filtros de suas próprias redes sociais, pois estas cada vez mais têm sido o contato real de muitas pessoas, e não mais apenas o virtual. Segundo Santanella (2018, p. 17), a personalização dos filtros através dos algoritmos “apresenta tendências que afetam significativamente o acesso à informação, na medida em que conduzem o usuário a pontos de vista estreitos que impedem a exposição a ideias contrárias aos seus preconceitos”.

Nesse ponto, chegamos à formação dos filtros-bolhas, que podem ser definidos como:

[...] um conjunto de dados gerado por todos os mecanismos algorítmicos, utilizados para se fazer uma edição invisível voltada à customização da navegação on-line. Em outras palavras, é uma espécie de personificação dos

conteúdos da rede, feita por determinadas empresas como o Google, através de seus mecanismos de busca, e redes sociais, como o Facebook, entre diversas outras plataformas e provedores. Forma-se então, a partir das características de navegação de cada pessoa, um universo particular on-line, condicionando sua navegação. Isto se dá por meio do rastreamento de várias informações, dentre elas, a localização do usuário e o registro dos *cookies* (MAGRANI; OLIVEIRA, 2018, p. 21).

Então, tais filtros-bolhas falam sobre a formação de grupos fechados a partir de informações diferentes. A bolha funciona como uma barreira impermeável a tudo que venha a pôr em dúvida as “verdades” daquele determinado grupo. Por isso não é raro ouvir pessoas dizerem não entender o resultado de uma eleição, pois em seu filtro de redes sociais apenas viam apoiadores de certo candidato, e não de outro. Por isso, Sustain (2017, p. 3) afirma que “a maioria dos americanos atualmente acessa grande parte das notícias nas redes sociais [...] Quando as pessoas usam o Facebook para ver exatamente o que querem ver, sua compreensão do mundo pode ser bastante afetada”.

Dessa forma, a utilização de algoritmos para criar uma experiência personalizada das redes sociais tem trazido algumas consequências que podem ser irreversíveis ao longo do tempo, como uma visão de mundo não-compartilhada com outras pessoas e também o achatamento desta devido à falta de contato com o diferente.

Para melhor entender tais perigos, é necessário fazer um paralelo entre o conceito de ideologia em Hannah Arendt, apresentado principalmente em *Origens do totalitarismo* (2012) e os algoritmos, pois o achatamento da visão de mundo provocado por estes tem ajudado a promover o isolamento necessário para o triunfo do pensamento ideológico.

### **3 Ideologia em Arendt e sua adequação ao modelo algorítmico**

O conceito de ideologia é tratado de diferentes formas ao longo de sua história, porém, para a presente análise, será tratado no sentido dado por Hannah Arendt, principalmente através da associação entre ideologia e totalitarismo, um dos temas mais importantes da obra da autora. Assim, podemos entender o perigo do

pensamento ideológico, que vem sendo beneficiado devido ao uso dos algoritmos, construídos de maneira irresponsável pelas grandes empresas de tecnologia.

Primeiramente, trato o conceito de ideologia tal como cunhado por Arendt em sua obra mais famosa e reconhecida, *Origens do totalitarismo*, no capítulo denominado “Ideologia e terror: uma nova forma de governo”, no qual está localizado mais minuciosamente o conceito de ideologia:

Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objeto de estudo é a história, à qual a “ideia” é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que é, mas a revelação de um processo que está em constante mudança. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma “lei” adotada na exposição lógica da sua “ideia”. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico – os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro – em virtude da lógica inerente de suas respectivas ideias (ARENDR, 2012, p. 624).

Assim, ideologia é tudo aquilo que pretende explicar a totalidade ao seu redor a partir de conceitos preestabelecidos e aceitos axiomáticamente. Ela pretende explicar o presente, o passado e o futuro a partir da lógica de uma única ideia. Como exemplo, temos o nazismo, com a sua teoria racista, e o comunismo soviético, que aplicava a tudo sua teoria da luta de classes.

A ideologia não tem nenhum apego à noção de verdade, mas sim à lógica, fazendo com que a partir da aceitação de uma ideia prévia, todas as suposições posteriores, caso coerentes com o conceito inicial, sejam aceitas como válidas. Margutti Pinto (2001) demonstra, de maneira genial, o perigo dessa forma de compreender o mundo, a partir da expressão “Todo inseto é humano – toda abelha é inseto – logo toda abelha é humano”. Aqui temos uma ideia inicial que não é verdadeira, porém, a partir do momento em que tal premissa é aceita, consequentemente as outras duas também são válidas.

Nisso reside o grande perigo do pensamento ideológico. A partir de uma premissa falsa, ele pode originar deduções que seguem uma lógica válida (por isso muitos acreditam nelas), mas não verdadeira. A verdade não importa à ideologia, mas sim a validade do argumento a partir das deduções lógicas:

Assim, a lógica de uma ideia implica o processo e o movimento da ideia sem relação ou vínculo com a realidade, no sentido da realidade externa das coisas e fatos que partilhamos do mundo que está entre nós. A expressão “lógica de uma ideia” opera e se processualiza dentro do quadro lógico da relação entre verdade e validade. Isso quer dizer que a lógica de uma ideia corresponde à busca de um raciocínio coerente e, portanto, válido, mas que não tem a pretensão de verdade no sentido de uma correção e adequação com os fatos e eventos do mundo que partilhamos entre nós (PEREIRA, 2018, p. 205).

Então, para adaptar a realidade à uma única premissa são necessários alguns conceitos que sirvam como base das próximas deduções. Sem dúvida, um conceito muito eficaz para proceder essa adaptação é a eleição de um “inimigo objetivo”, no qual se possa colocar a culpa pelas desgraças passadas, pelos problemas do presente e pelas dificuldades que serão enfrentadas no futuro. Segundo Arendt (2012, p. 564): “A introdução da noção de ‘inimigo objetivo’ é muito mais decisiva para o funcionamento dos regimes totalitários que a definição ideológica das respectivas categorias”.

O método para marcar um inimigo é o mais simples possível: insultar o “adversário” até que seus apoiadores o entendam como inimigo – não só do líder, mas de toda a nação:

Na prática, o governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo o mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa – com certa plausibilidade – matá-la em autodefesa. É, sem dúvida, um método meio grosseiro, mas funciona, como o sabe quem quer que tenha visto como certos carreiristas bem-sucedidos eliminam os concorrentes (ARENDR, 2012, p. 564).

As ofensas a personagens ou a grupos políticos que buscam marcar o outro como inimigo têm sido característica na comunicação estabelecida nas redes sociais. Isso, aliado ao isolamento proporcionado pelos algoritmos, faz com que as pessoas pertencentes a tais grupos não consigam olhar a realidade como ela realmente é. Assim, cada bolha ideológica tende a enxergar a outra como inimiga, impossibilitando o diálogo e a visão compartilhada do mundo.

Arendt (2012, p. 627-628) apresenta três elementos peculiares a todo movimento ideológico totalitário, sendo estes:

Em primeiro lugar, na pretensão de explicação total, as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa. Em todos os casos elas estão preocupadas unicamente com o elemento de movimento, isto é, a história no sentido corrente da história. As ideologias sempre se orientam na direção da história, mesmo quando, no caso do racismo, parecem partir da premissa da natureza; nesse caso, a natureza deve servir apenas para explicar questões históricas e reduzi-las a elementos da natureza. A pretensão de explicação total promete esclarecer todos os acontecimentos históricos – a explanação total do passado, o conhecimento total do presente e a previsão segura do futuro (ARENDT, 2012, p. 627).

O primeiro elemento nos diz sobre a característica central da ideologia, algo que já está incluído em seu próprio conceito – ou seja, a pretensão de explicação de toda a história através de uma única ideia. O pensamento ideológico tem a pretensão de adequar todos os elementos do passado, presente e futuro, como consequência, direta ou indireta, da “ideia” central defendida pela ideologia.

O segundo elemento diz respeito a uma pretensão quase que escatológica do pensamento ideológico, pois este sempre afirma entender a realidade estabelecida por “debaixo dos panos”. Ele sempre entende a sua história como “mais verdadeira” do que a já estabelecida. Daí sua tendência de revisionismo histórico e de verdadeiras “teorias da conspiração”, pois como a realidade estabelecida não é a verdadeira, abre-se espaço para devaneios dos mais diversos e perigosos possíveis. Nas palavras de Arendt (2012, p. 627):

Em segundo lugar, o pensamento ideológico, nessa capacidade, liberta-se de toda experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer. Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste em uma realidade “mais verdadeira” que se esconde por trás de todas as coisas perceptíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la. O sexto sentido é fornecido exatamente pela ideologia, por aquela doutrinação ideológica particular que é ensinada nas instituições educacionais, estabelecidas exclusivamente para este fim, para treinar os “soldados políticos” nas *Ordensburgen* do nazismo ou nas escolas de Comintern e do Cominform. A propaganda do movimento totalitário serve também para libertar o pensamento da experiência e da realidade; procura sempre injetar um significado secreto em cada evento público tangível e farejar intenções secretas atrás de cada ato político público.

Assim, o pensamento ideológico, principalmente através de sua propaganda, busca apresentar um mundo totalmente coerente em si mesmo, pois a realidade dos

fatos muitas vezes é incoerente e composta por elementos aleatórios que são impossíveis de serem colocados como vítimas de uma ordem preestabelecida. Aqui, a falta de um confronto com a realidade, devido ao achatamento da visão de mundo proporcionada pelos algoritmos, faz com que esse mundo fictício e coerente pareça real aos olhos de muitas pessoas.

Essa característica é marcada por uma tentativa de afastar o “ser” do “aparecer”. Para Arendt, no campo dos assuntos humanos, essas duas coisas coincidem. Dessa maneira, o que “é” simplesmente “aparece”, não deixando espaço para verdades mais profundas, ou teorias da conspiração, pois a realidade está posta para todos e a maneira pela qual ela nos “aparece” é como ela realmente “é”.

Por isso, a ideia da propaganda ideológica é exatamente plantar desconfiança na realidade do aparecer da política:

Nesse tipo de desconfiança, no plano da política, a alienação e a propaganda avançam sobre essa possibilidade, de que, diante da alienação do mundo, ou seja, sem essa resistência da realidade contra as mentiras, mentir em massa, em geral e por princípio, coloca em risco o estatuto da realidade, isto é, pode, mais que dissimular, apagar a linha divisória entre ficção e realidade, e, no contexto da experiência totalitária, realmente parecerá que “everything is possible” (PEREIRA, 2018, p. 2012-2013).

Por último, o terceiro elemento nos traz o que hoje é comumente chamado de narrativa, ou seja, a arrumação nos fatos conforme a conveniência da “ideia” preestabelecida. Segundo Arendt (2012, p. 628):

Em terceiro lugar, como as ideologias não têm o poder de transformar a realidade, conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração. O pensamento ideológico arruma os fatos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomáticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade.

Assim, a narrativa é a forma como se contam os fatos de maneira que eles se adequem à teoria defendida pela ideologia. Por isso, esse elemento é a condição de existência dos dois anteriores, pois é através dele que a “ideia” defendida ganha sentido, é através dele que há uma justaposição dos fatos, de maneira que estes

fiquem como vítimas de um processo preestabelecido. Também é através dele que os ideólogos buscam emancipar as pessoas da realidade, fazendo com que acreditem em suas teorias, mesmo que elas não tenham respaldo na realidade.

Com a exposição desses três elementos, não é difícil perceber a relevância de tal conceito para o entendimento do que tem acontecido na política internacional. Depois da popularização das redes sociais e de seus algoritmos, como pode se perceber, as características de funcionamento das redes sociais são elementos facilitadores para o processo de ideologização. Além disso, antes que se defenda a polarização ideológica como elemento importante da democracia, é necessário lembrar os acontecimentos do século XX, quando ideologias totalitárias assumiram o governo de diversos países.

Hannah Arendt padeceu nas mãos do totalitarismo. Teve que fugir da Alemanha, sendo encaminhada para campos de trabalho na França e, depois, emigrou para os Estados Unidos da América (ECCEL, 2017). Tinha preocupações pertinentes em relação a novos governos totalitários que poderiam surgir. Por isso sua advertência (ARENDT, 2012, p. 626): “Por outro lado, todas as ideologias contêm elementos totalitários, mas estes só se manifestam inteiramente através de movimentos totalitários – o que nos dá a falsa impressão de que somente o racismo e o comunismo são de caráter totalitário”. Dessa forma, devemos nos preocupar com toda e qualquer tecnologia que tente nos levar para mais perto de totalitarismos.

Aqui, fazemos algumas observações acerca de como os filtros individuais do algoritmo possuem a capacidade de alimentar o pensamento ideológico. Primeiramente, esse pensamento oferece a oportunidade de uma percepção personalizada de acordo com os gostos individuais do usuário. Isso muitas vezes acaba por fornecer-lhe um mundo no qual a realidade já é deturpada, pois ignora informações que o algoritmo considera que não irá gerar o “engajamento” do leitor, causando a formação das “bolhas ideológicas”.

Por outro lado, o algoritmo acaba por propiciar o isolamento dos seus usuários, pois ao adequar o *feed* de acordo com seus gostos, não há compartilhamento de mundo com outras pessoas. Assim, o algoritmo cria um mundo individual para cada usuário. Quando as redes sociais de uma pessoa acabam sendo pautadas por um

espectro ideológico, a tendência de que essa pessoa se feche em si mesma é muito grande, pois informações diferentes deste espectro serão quase inexistentes, e facilmente retiradas do *feed* pelo algoritmo.

Arendt (2012, p. 632) traz o isolamento do ser humano como condição do governo tirânico ou totalitário, pois o coloca em uma situação de impotência na tarefa de discernir entre fato e ficção, na diferença entre verdadeiro e falso, formando o súdito ideal dos governos totalitários:

O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar. O súdito ideal do governo totalitário não é o nazista convicto nem o comunista convicto, mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios do pensamento).

A visão de mundo compartilhada é o principal antídoto contra o pensamento ideológico totalitário. Por isso é necessário perceber o mundo coletivamente, com confronto de realidade e opiniões. Um dos grandes inimigos do pensamento ideológico é o senso comum, aquilo que é visto por todos, e que traz sentido e realidade para a sociedade (LORIES, 1985). Para Arendt (2002, p. 17), “nada do que é, à medida que aparece, existe no singular, tudo que é, é próprio para ser percebido por alguém. Não o homem, mas os homens é que habitam este planeta. A pluralidade é a lei da Terra”. Assim, a única maneira de não perder contato com a realidade é mantendo esse senso comum, a visão de mundo compartilhada, vista de igual maneira por todos.

É por isso que ideólogos procuram produzir distanciamento entre as pessoas, para que não haja a possibilidade de elas compartilharem uma visão de mundo, para que não lhes sejam dadas chances de se unirem e caminharem juntas. Esse isolamento provoca um sentimento de impotência, o que já configura uma fase pré-totalitária, segundo Arendt (2012, p. 632):

Já se observou muitas vezes que o terror só pode reinar absolutamente sobre homens que se isolam uns contra os outros e que, portanto, uma das preocupações fundamentais de todo governo tirânico é provocar esse

isolamento. O isolamento pode ser o começo do terror; certamente é o seu solo mais fértil e sempre decorre dele. Esse isolamento é, por assim dizer, pré-totalitário; sua característica é a impotência, na medida em que a força sempre surge quando os homens trabalham em conjunto, “agindo em concerto” (Burke); os homens isolados são impotentes por definição.

Em seu texto *Verdade e política*, Arendt aponta a manutenção da verdade dos fatos como algo importante na luta contra formas totalitárias de governo. Para a autora, as verdades factuais, aquelas relativas aos acontecimentos humanos, devem servir como base para a opinião pública. Ou seja, as opiniões só são válidas caso sejam baseadas na verdade dos acontecimentos:

A verdade de facto, pelo contrário, é sempre relativa a várias pessoas: ela diz respeito a acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estiveram implicados; é estabelecida por testemunhas e repousa em testemunhos; existe apenas na medida em que se fala dela, mesmo que se passe em privado. É política por natureza. Ainda que se deva distingui-los, os factos e as opiniões não se opõem uns aos outros, pertencem ao mesmo domínio. Os factos são a matéria das opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e diferentes paixões, podem diferir largamente e permanecer legítimas enquanto respeitarem a verdade de facto. A liberdade de opinião é uma farsa se a informação sobre os factos não estiver garantida e se não forem os próprios factos o objeto do debate. Por outras palavras, a verdade de facto fornece informações ao pensamento político tal como a verdade racional fornece as suas à especulação filosófica (ARENDR, 2016, p. 295).

Diferenciar “opiniões” de mentiras é importantíssimo na luta contra o pensamento ideológico, pois é sobre o pretexto da “liberdade de opinião” que os ideólogos contam suas inverdades, dando sua versão alterada dos fatos e levando muitos a acreditarem em teorias que encontram pouco apoio na realidade, vide os exemplos atuais do movimento contra a vacina do COVID-19.

Considerando que vivemos em um tempo de extremo isolamento, de não compartilhamento de visão de mundo, no qual a ficção das redes sociais cada vez mais tem sido encarada como a própria realidade, e que muitos autores têm afirmado ser este um tempo de pós-verdade no qual as pessoas não se importam com a verdade, é imprescindível o questionamento sobre se não temos traçado caminhos que nos aproximam das ideologias totalitárias.

#### 4 A responsabilidade como paradigma ético na construção de algoritmos

Até aqui analisei como o modelo atual na construção dos algoritmos de filtros individuais tem contribuído para a ideologização nos termos de Arendt. Dessa forma, é oportuna a reflexão sobre uma linha ética que responda ao diagnóstico do presente, em vista de um cenário hipotético ruim, no que tange às condições de vida política, podendo, assim, contribuir para o nosso futuro.

Diante disso, entendo a teoria de Hans Jonas (2006), na qual ele propõe a responsabilidade como elemento central da ética em tempos tecnológicos, como proposta razoável no debate público a respeito dos procedimentos da natureza dos algoritmos. Nela, as atitudes dos homens têm um poder de decisão, responsáveis pela manutenção de um espaço público que priorize a conjugação da livre injeção de ordem e de sua livre aceitação, com vistas às futuras gerações.

Vale lembrar que os pensamentos de Arendt e Jonas se encontram várias vezes, pois os dois, além de amigos, vivenciaram o período do totalitarismo de maneira muito similar. Sendo de origem judaica e morando na Alemanha, tiveram que fugir do nazismo, refugiando-se nos Estados Unidos da América, ou seja, os dois tiveram experiências de vida parecidas e por isso os seus trabalhos estavam envoltos na perspectiva de não permitir que voltem a acontecer os horrores do totalitarismo:

Ambos os autores, Arendt e Jonas, apresentam muitos aspectos em comum: se conheceram ainda na Alemanha pré-hitlerista, foram alunos e pessoas próximas a Heidegger e embasaram suas concepções no pensamento kantiano. Além disso, eles pensaram uma ética que cobria vários propósitos: não permitir que fatos como os vivenciados no Nazismo e nos demais Regimes Totalitários, que ambos vivenciaram, voltassem a ocorrer. Outro, o de que cada ser humano pudesse se tornar um cidadão preocupado com o que pensa e faz, responsabilizando-se, e que se inquietasse com o futuro que está sendo elaborado. Por fim, a apreensão com as obras humanas, especificamente com a tecnologia e suas possíveis consequências negativas para a Humanidade, especialmente a futura (SCHIO, 2010, p. 157-158).

Assim, a aplicabilidade da perspectiva de Hans Jonas não é mera justaposição ao nosso tema, mas reconhecimento de que seu foco na responsabilidade, na construção de um ambiente social sadio, é mais explícito. Seu acento está na interpenetração do cuidado parental e do cuidado com o bem público. Nisso, pondo o

acento na totalidade, traça os contornos desse cuidado do “homem público”, a saber: “ela se estende da existência física até aos mais elevados interesses, da segurança à plenitude, da boa condução até a felicidade” (JONAS, 2006, p. 180). Ou seja, é responsabilidade do homem público não apenas garantir a vida futura das pessoas, mas também que elas tenham condições de vivê-la em sua plenitude.

Entendo que a democracia nos moldes existentes deve ser defendida, por ser a única forma de governo que tem a capacidade de prover completamente a dignidade da vida humana. O avizinhamo do mal totalitário está sempre à espreita, não é mera lembrança de algo já ultrapassado. É preciso estar claro que nem toda ideologia é por si só totalitária, mas carrega elementos totalitários que, somados a movimentos de massa, revela seu pleno potencial. Esse é o cenário hipotético que não pode ser renunciado (cf. ARENDT, 2012, p. 626).

Consequentemente, existe a necessidade de que os avanços tecnológicos, referentes ao uso de algoritmos (redes sociais) seja balizado por transparência, tornando constante a preocupação em sua utilização com fins informativos e políticos, e que haja uma perspectiva de responsabilidade com a democracia, proporcionando aos usuários um maior compartilhamento de visão de mundo.

Para Jonas (p. 39, 2006), a responsabilidade com o futuro deve se tornar o centro de uma nova teoria ética, pois por “meio de seus efeitos, ela nos revela que a natureza da ação humana foi modificada de facto, e que um objeto de ordem inteiramente nova, nada menos do que a biosfera inteira do planeta, acresceu-se àquilo pelo qual temos de ser responsáveis, pois sobre ela detemos poder”. Dessa feita, com a possibilidade de que o agir humano comprometa o futuro das próximas gerações, é necessário que a responsabilidade com elas esteja no centro da teoria ética.

Porém, podem existir objeções quanto à necessidade da democracia como elemento importante para a sobrevivência das próximas gerações, a ponto de ser necessário que sua proteção entre na pauta da responsabilidade. Para Jonas (2006, p. 177), não é necessário apenas a defesa da possibilidade de existência do homem, mas que ele viva uma vida digna: a “existência da humanidade significa simplesmente que vivam os homens. Que vivam bem é um imperativo que se segue ao anterior”.

Dessa forma, a democracia manifesta-se como algo a ser defendido, como condição de vida digna humana, pois uma das “responsabilidades do homem público é garantir que a arte de governar continue possível no futuro” (JONAS, 2006, p. 201).

Outra objeção que poderia ser feita em relação aos algoritmos de redes sociais como potenciais instrumentos maléficos à democracia seria que todas essas preocupações seriam alarmantes demais e descabidas de realidade. Porém, como já explicado na primeira parte, é fato que o funcionamento da democracia já foi intensamente modificado, com a sua popularização e, principalmente, a partir do momento em que se passou a utilizar das próprias redes sociais como meio de obter informações. Nesse instante, elas assumiram papel irreduzível na realidade social.

Mesmo assim, tais indagações não caberiam em contraposição à teoria de Hans Jonas, pois ele entende que é a partir de “profecias do mal” que pode haver a construção de perspectivas protetoras para que esse cenário hipotético profetizado não aconteça. Por isso, “a profecia do mal é feita para evitar que ele se realize; e seria o máximo da injustiça zombar de eventuais alarmistas, pois o pior não aconteceu: ter se enganado deveria ser considerado como um mérito (JONAS, 2006, p. 204)”.

A priorização das profecias do mal é o que os comentadores de Hans Jonas chamam de heurística do medo, na qual é necessário dar prioridade aos prognósticos negativos em detrimento dos positivos:

Eis o cerne da “heurística do medo” proposta por Jonas, uma recomendação de concedermos prioridade à negação, ao pior prognóstico. Segundo esse ponto de vista, o temor constituiria o melhor substituto da autêntica sabedoria frente à incerteza das grandes consequências futuras de nossas ações (ZANCANARO, 1998, p. 75).

Assim, vemos que o medo consiste em um possível substituto à sabedoria, pois na falta desta é necessário que outra coisa faça com que os homens tenham o cuidado necessário para que este mundo continue existindo ou, conforme o tema trabalhado neste artigo, que a democracia não dê lugar à possibilidade de novos totalitarismos.

Dessa forma, as ameaças de destruição da democracia e a ameaça de substituição desta por um novo totalitarismo devem servir como motor que leve as

autoridades públicas, empresas do ramo da comunicação e toda a sociedade a combaterem as possibilidades de que tal mal aconteça:

[...] na busca de uma ética da responsabilidade a longo prazo, cuja presença ainda não se detecta no plano real, nos auxilia antes de tudo a previsão uma deformação do homem, que nos revela aquilo que queremos preservar no conceito de homem. Precisamos da ameaça à imagem humana autêntica – e de tipos de ameaça bem determinados – para, com o pavor gerado, afirmarmos uma imagem humana autêntica. Enquanto o perigo for desconhecido não se saberá o que há para se proteger e por que devemos fazê-lo: por isso, contrariando toda lógica e método, o saber se origina daquilo contra o que devemos proteger (JONAS, 2006, p. 70-71).

Portanto, a heurística do medo diz que devemos dar às promessas negativas maior importância do que às positivas, pois dessa maneira não colocaríamos em risco uma autêntica vida humana sobre a Terra que, no nosso entendimento, só pode ser vivida em países democráticos. Por isso, ao perceber que os algoritmos têm nos aproximado do totalitarismo, é necessário que esse prognóstico seja levado em conta ao construir tais algoritmos, pois segundo Jonas (2006, p. 86):

[...] no processo decisório deve-se conceder preferência aos prognósticos de desastre em face dos prognósticos de felicidade. O princípio ético fundamental, do qual o preceito extrai sua validade, é o seguinte: a existência ou a essência do homem, em sua totalidade, nunca podem ser transformadas em apostas do agir. Daí deduz-se automaticamente que a simples possibilidade desse tipo de situação deve ser entendida como um risco inaceitável em quaisquer circunstâncias. Vale para a vida da humanidade (o que nem sempre deve valer para o paciente individual) o princípio de que mesmo os paliativos imperfeitos são preferíveis à cura radical promissora, mas que pode matar o paciente.

Uma outra objeção que pode ser feita em relação à teoria de Hans Jonas é que, na perspectiva de cuidarmos de um futuro distante, com prognósticos que não podemos ter certeza se irão ou não acontecer, podemos deixar de ter os cuidados necessários com o presente. Porém, a teoria da responsabilidade demanda ações hoje, convida que se viva adequadamente o agora, com o intuito de não comprometer o futuro, pois “quem mais pressente o futuro, mais cuida do presente. Aqui encontra-se o sentido da prioridade dos prognósticos negativos sobre os positivos, pois

prelucir o futuro, mesmo com a possibilidade da catástrofe, pedagogicamente, é ensinar a dedicar-se ao presente” (ZANCANARO, 1998, p. 34-35).

Por isso, apesar de os prognósticos serem futuros, as atitudes de precaução podem e devem ser tomadas no presente pois, segundo Jonas, não existe apenas a responsabilidade de responder pelos atos já praticados, mas também existe uma responsabilidade que “[...] não concerne ao cálculo do que foi feito *ex post facto*, mas à determinação do que se tem a fazer; uma noção em virtude da qual eu me sinto responsável, em primeiro lugar, não por minha conduta e suas consequências. Mas pelo objeto que reivindica meu agir” (JONAS, 2006, p. 167).

Arendt, em seu pensamento, também tinha uma perspectiva de responsabilidade com o futuro, a qual ela chama de direito de “permanência no mundo”, ou seja, toda geração tem o dever de “produzir e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta” (1991, p. 17). Porém, diferente de Jonas, ela mantém sua discussão no campo político, com o intuito de evitar novos totalitarismos:

A vida política, ao tratar da comunidade, pressupõe a ética, concebida como sendo a responsabilidade pela permanência do mundo com todas as suas instâncias e, por isso, o suporte para a vida humana, em sentido geral. Esta responsabilidade é individual, pois cabe a cada um refletir sobre os próprios atos e intenções; ela será coletiva enquanto preocupação política, por englobar as questões que são relevantes para todo o grupo humano (existente ou vindouro). Quando políticas, as ações em conjunto precisam ser discutidas com seus argumentos prós e contras, momento que os participantes, os cidadãos preocupados com o mundo, opinam sem coação, com igualdade. Após os esclarecimentos oriundos do diálogo, haveria o momento da deliberação, da decisão, seguindo-se a ação. As atitudes tomadas fariam com que todos se sentissem responsáveis pelo realizado, mesmo que alguma opinião individual não fosse englobada no processo decisório e, conseqüentemente, na ação (SCHIO, 2010, p. 167)

Dessa maneira, percebemos que os pensamentos de Jonas e Arendt se aproximam na perspectiva da responsabilidade com o futuro. Porém, enquanto esta pensa em termos políticos, aquele tem um foco maior na responsabilidade ambiental. Porém, ambos preveem a necessidade de que devemos ter responsabilidade com as

próximas gerações, deixando a possibilidade de que vivam uma vida plena e digna, distante dos horrores do totalitarismo.

Assim, entendemos que a teoria da responsabilidade serve como baliza para a construção de algoritmos ou, pelo menos, abre reflexões quanto ao seu papel. A democracia é algo que merece proteção, pois ela significa a chance de fundar instituições favoráveis à constituição da vida humana, haja visto que a vida humana não é algo dado, mas algo a ser ganho ou, melhor ainda, potencializado. Sendo assim, surge a necessidade de que esses algoritmos sigam padrões éticos que evitem a formação das bolhas, potencializando um ganho de perspectiva na obtenção de uma consciência livre da “camisa-de-força da lógica, que pode subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa” (ARENDT, 2012, p. 626).

## 5 Considerações Finais

O presente artigo buscou elucidar que o procedimento utilizado na construção de algoritmos, com o intuito de produzir filtros individuais de visualização nas redes sociais, baseados nos gostos pessoais dos usuários, vem trazendo preocupações no campo da continuidade democrática. Sem que haja uma perspectiva de responsabilidade em sua construção, podemos nos colocar em um caminho de retorno aos totalitarismos do século passado.

Para melhor elucidação do problema, foi utilizado o pensamento de Arendt acerca do conceito de ideologia, fazendo uma relação de como os filtros individuais de algoritmos contribuem para o achatamento da visão de mundo, fato que contribui para o triunfo do pensamento ideológico. Na concepção da autora, toda ideologia é totalitária, e o caminho para fugir dela é uma visão compartilhada de mundo, o senso comum entre as pessoas e o aumento da perspectiva, para que seja possível discernir entre o real e a ficção, a verdade e a mentira.

Por último, propus a teoria de Hans Jonas como paradigma ético para a construção de algoritmos mais saudáveis, com vistas para o funcionamento da democracia. Para isso, torna-se necessário uma transparência por parte das empresas de tecnologia, a fim de que todos saibam exatamente seu modo de

funcionamento. Também é necessário que seja cobrado cada vez mais dessas empresas que a construção dos algoritmos seja feita de forma responsável, que sigam padrões e que evitem a formação das bolhas, para que, assim, não produzam uma maior promoção do pensamento ideológico, como conceituado por Hannah Arendt, na população.

## Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Trad. Antônio Abranches, Cesar Augusto, Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**. Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KAUFMAN, Dora; SANTAELLA, Lucia. O papel dos algoritmos de inteligência artificial nas redes sociais. **Revista Famecos (PUCRS)**. Porto Alegre, v. 27, p. 1-10, 2020.

LORIES, Danielle. Sentir en commun et juger par soi-même. **Études Phénoménologiques**. Hannah Arendt. n. 2, p. 55-91, 1985.

MARGUTTI PINTO, Paulo Roberto. **Introdução à lógica simbólica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PARANÁ PESQUISAS. **Pesquisa de Opinião Pública nacional**. [S. l.]. Julho, 2018. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-nacional-meios-utilizados-para-se-informar-sobre-as-eleicoes-de-2018-julho-2018/>. Acesso em: 11.jul.2019.

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. Alienação, ideologia e verdade na obra de Hannah Arendt. **Princípios**. Natal, v. 25, n. 48, p. 195-216, set./dez. 2018.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2018.

SCHIO, Sônia Maria. A ética da responsabilidade em Arendt e Jonas. **Dissertatio**. Pelotas, v. 32, p. 157-174, 2010.

SUNSTEIN, Cass R. **#republic: divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade Excitada**: filosofia da sensação. São Paulo: Editora UNICAMP, 2014.

ZANCANARO, L. **O conceito de responsabilidade em Hans Jonas**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1998.

Artigo recebido em: 01/10/2021.  
Artigo aprovado em: 04/11/2021.